

Câmara Aumenta Internação de Réus Mentais Para 20 Anos

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | dezembro 12, 2024



A Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que permite a internação de réus com transtornos mentais por até 20 anos, ampliando o prazo anterior de três anos. A proposta, que agora segue para o Senado, gera debates sobre segurança pública, direitos humanos e a eficácia dos tratamentos em longos períodos de internação.

A internação de réus com transtornos mentais pode mudar drasticamente após aprovação da Câmara dos Deputados. O projeto de lei que amplia o prazo de internação de três para 20 anos agora segue para o Senado. Este movimento gera opiniões divididas entre congressistas, refletindo divergências sobre medidas legais para inimputáveis.

Impacto do Projeto de Lei

O aumento do prazo de internação de réus com transtornos mentais para até 20 anos, aprovado pela Câmara dos Deputados, é uma mudança significativa que pode afetar profundamente o

sistema jurídico e de saúde mental do país. O impacto desse projeto de lei se manifesta em diversas áreas, desde a *gestão dos estabelecimentos de internação* até os debates sobre direitos humanos e a constitucionalidade da medida.

Primeiramente, essa alteração gera consequências práticas significativas para o sistema carcerário e de saúde. Com períodos mais longos de internação, hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico podem enfrentar desafios de superlotação e recursos escassos. O projeto estipula que a **decisão de alta** está condicionada à perícia médica que ateste a diminuição da periculosidade do réu, o que pode prolongar a permanência dos indivíduos além dos novos prazos mínimos estabelecidos.

No campo dos direitos humanos, críticos do projeto alegam que ele pode *comprometer os direitos dos indivíduos considerados inimputáveis* e dificultar o processo de reintegração social. Vozes contrárias apontam que a medida é um retrocesso em termos de políticas de ressocialização e inclusão, defendendo que a lei atual já prevê mecanismos adequados para avaliação periódica dos casos.

Além disso, parlamentares e juristas discutem os **aspectos legais e éticos** envolvidos. O argumento central dos apoiadores é que prazos mais extensos poderiam melhorar a segurança pública, mas opositores argumentam que é necessário equilibrar segurança com justiça e tratamento justo para aqueles que não têm plena capacidade de responder por seus atos.

Opiniões Divergentes e Críticas

A aprovação do projeto de lei que estende a internação de réus com transtornos mentais para até 20 anos gerou uma onda de **opiniões divergentes** entre os congressistas e a sociedade civil.

De um lado, defensores argumentam que a medida é necessária

para aumentar a segurança pública, enquanto detratores veem-na como um passo atrás nos direitos humanos e na *reabilitação social*.

Parlamentares da ala de segurança pública, apoiadores da medida, afirmam que prazos mais longos de internação podem reduzir a reincidência e oferecer um ambiente controlado que facilite tratamentos mais eficazes.

Para eles, a mudança é uma resposta às *pressões sociais* por segurança e proteção diante de crimes violentos cometidos por inimputáveis.

Por outro lado, **críticas severas** surgem de partidos como o PT e o PSOL, que destacam a crueldade e a potencial ineficácia da medida.

O deputado Chico Alencar, do PSOL-RJ, qualificou o projeto como “cruel” e alertou que ele transforma a condição de inimputável em uma punição perpétua, diminuindo as chances de ressocialização e estigmatizando ainda mais essas pessoas.

Especialistas em saúde mental também apontam que a ampliação dos prazos pode causar *dano psicológico* irreversível, retendo indivíduos em ambientes que podem não ter os recursos terapêuticos necessários para melhorias significativas de saúde.

Eles argumentam que a falta de uma estrutura adequada ao tratamento efetivo de transtornos mentais comprometerá a eficácia da internação prolongada.

A divergência entre a **segurança pública e direitos humanos** é um ponto crítico, uma vez que a implementação desse projeto pode desencadear debates mais amplos sobre como equilibrar preocupações legítimas de segurança com soluções humanas e compassivas em nossa legislação criminal.

FAQ – Perguntas Frequentes sobre o Projeto de Lei de Internação de Réus Mentais

Qual é a mudança no prazo de internação prevista pelo projeto de lei?

O projeto de lei amplia o prazo de internação de réus com transtornos mentais de três para até 20 anos, condicionando sua alta à perícia médica.

Quais são as preocupações dos críticos deste projeto de lei?

Críticos alegam que o projeto é um retrocesso nos direitos humanos, dificultando a ressocialização e podendo violar direitos de inimputáveis.

Qual o argumento dos defensores do projeto para estender a internação?

Defensores afirmam que prazos mais longos aumentam a segurança pública ao minimizar riscos de reincidência.

Quais os possíveis impactos dessa medida nos estabelecimentos de internação?

A internação prolongada pode levar à superlotação e escassez de recursos em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

Como o projeto de lei foi recebido por diferentes partidos políticos?

O projeto recebeu apoio de bancadas de segurança pública, mas

foi criticado por partidos como o PT e o PSOL, que o veem como cruel.

Quais são as implicações legais discutidas sobre a nova legislação?

Há debates sobre equilibrar segurança com justiça, garantindo que inimputáveis tenham tratamento justo e oportunidades de reabilitação.

Fonte:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/camara-aprova-aumento-para-20-anos-de-internacao-de-reus-com-transtornos-mentais/>